



**Entrevista exclusiva concedida por escrito pelo Presidente da República,
Luiz Inácio Lula da Silva, ao jornal japonês Yomiuri Shimbun**

Publicada em 3 de junho de 2008

Jornalista: Este ano corresponde ao centenário da imigração japonesa para o Brasil, e uma série de atividades de intercâmbio cultural e outros eventos comemorativos estão sendo realizados, tanto no Japão como no Brasil. Dentro do contexto caracterizado pelo crescente sentimento de amizade entre os dois países, como pensa intensificar as relações bilaterais? Gostaríamos de conhecer planos concretos.

Presidente: O Ano do Intercâmbio Brasil-Japão marca o centenário da chegada dos primeiros imigrantes japoneses a Santos, a bordo do Kasato Maru, e nos estimula a lançar as bases para um novo ciclo virtuoso nas relações bilaterais. Deverá combinar temas tradicionais de nossa agenda – agricultura, siderurgia e mineração – com frentes inovadoras de atuação conjunta, como projetos no âmbito do mecanismo de desenvolvimento limpo, incorporação do etanol à matriz energética japonesa, desenvolvimento conjunto de novo sistema de TV digital, cooperação triangular em terceiros mercados, tanto regionais quanto extra-regionais, e novas iniciativas no campo cultural.

A venda de dez aviões da Embraer para a Japan Airlines, assim como os entendimentos para a exportação de software brasileiro para o Japão, já são resultados concretos dessa aproximação.

Quero salientar que as perspectivas são muito favoráveis para uma parceria na área de etanol. A experiência brasileira com o etanol à base de cana-de-açúcar mostra que é possível aumentar a produção de



biocombustíveis sem detrimento da oferta de alimentos. Tanto a produção de biocombustíveis quanto a de alimentos estão crescendo de forma consistente no País. O espaço destinado à produção de etanol no Brasil ocupa menos de 2% da área total agricultável, e podemos expandir ainda duas vezes e meia a fronteira agrícola nacional sem entrar na floresta Amazônica.

Jornalista: Entre os empresários brasileiros há crescentes expectativas de que o Japão amplie os investimentos no Brasil, tirando proveito do ensejo do Centenário. O Presidente pretende desenvolver atividades de divulgação no Japão, visando captar investimentos para o Brasil? Caso positivo, quais seriam as áreas prioritárias de investimento? Gostaríamos de saber também os méritos que os investimentos trariam.

Presidente: Nas décadas de 1950 a 1970, o Japão fez grandes investimentos no Brasil – caso pioneiro da Usiminas e de muitos outros, como Cenibra, Ishikawajima, Toyota, Honda, além da CVRD, em Carajás. Neste início de milênio, temos oportunidades concretas para um novo ciclo virtuoso de investimentos.

O Programa de Aceleração do Crescimento, que lancei no ano passado, oferece oportunidades excepcionais. Até 2010, serão investimentos de 250 bilhões de dólares em logística, energia e infra-estrutura social. O projeto de 10 bilhões de dólares para um trem de alta velocidade, ligando Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, é especialmente atraente. Outros setores prioritários são os de infra-estrutura, siderúrgico, eletroeletrônico e automobilístico. Adicionalmente, a dragagem de portos brasileiros será, pela primeira vez, aberta à concorrência internacional. A recente concessão de grau de investimento atesta as excelentes perspectivas que a economia oferece aos investidores.



No setor eletroeletrônico, contamos com a ampliação das fábricas japonesas já existentes e a instalação de novas plantas. O *boom* de vendas automobilísticas oferece oportunidade para que empresas japonesas com tradição no País, como Toyota e Honda, possam sedimentar sua posição no mercado local que se apresenta, ademais, como plataforma de exportação para a região. Igualmente atrativas são as áreas de petróleo, biocombustíveis, papel e celulose, siderurgia e energia nuclear.

O Brasil começa também a investir no Japão. Além dos investimentos da Vale, a Petrobras adquiriu, recentemente, usina de distribuição de combustível em Okinawa, que poderá servir de base, no futuro, para a distribuição de etanol no mercado japonês.

Jornalista: Há alguns casos de brasileiros que cometeram crimes no Japão e que estão sendo processados no Brasil, respondendo às solicitações do governo japonês. No Japão, avaliam-se positivamente tais iniciativas, mas, por outro lado, a opinião pública exige fortemente que se celebre um acordo de extradição. No Brasil, a Constituição proíbe a extradição de cidadãos brasileiros para o exterior. Nessas condições, gostaríamos de conhecer a sua opinião sobre a possibilidade de celebrar acordo de extradição entre o Japão e o Brasil.

Presidente: A Constituição do Brasil efetivamente proíbe a extradição de brasileiros, mas a cooperação bilateral permite que sejam processadas e condenadas no Brasil pessoas que tenham cometido crimes no Japão. Essa cooperação se dá na base da reciprocidade, isto é, ambos os países se comprometem a processar seus nacionais que tenham cometido crimes no outro país, o que contribui para não deixar impunes esses crimes.

Adicionalmente, o Brasil deseja assinar acordos que beneficiem as



comunidades que vivem num e noutra país, especialmente em matéria de previdência social, cooperação jurídica nas áreas cível e criminal, transferência de presos, além de extradição.

Jornalista: Sobre a proteção da floresta Amazônica. No Brasil, estão sendo colocadas em prática iniciativas visando reduzir as taxas de desflorestamento da Amazônia, inclusive o monitoramento por satélite e o patrulhamento das autoridades policiais brasileiras. Quais são as medidas que pensa em colocar em prática doravante? Quais são as metas de conservação em termos de superfície florestal?

Presidente: O Brasil possui um dos mais eficientes sistemas de monitoramento de desmatamento por satélite. De 2004 até agosto de 2007, diminuimos o desmatamento ilegal na Amazônia em quase 60%, passando de uma área de 27,4 mil km² para 11,2 mil km². Ademais, até 2010, 30% desse bioma deverá estar protegido sob a forma de unidades de conservação (atualmente, a taxa é de 17%).

Para reverter sinais recentes de recrudescimento das queimadas, o governo adotou medidas que incluem aumento da fiscalização, recadastramento de imóveis rurais e adoção de critérios ambientais para liberação de crédito agrícola.

Nossas ações estão estruturadas em três eixos: ordenamento territorial e fundiário, monitoramento e controle, e fomento às atividades produtivas sustentáveis. Desde 2004, quase 20 milhões de hectares de unidades de conservação foram criadas e 10 milhões de hectares de terras indígenas foram homologadas. Some-se a isso a ampliação de 300 mil para mais de 3 milhões de hectares de florestas manejadas certificadas.

Políticas estruturantes como essas são a melhor maneira de garantir a



diminuição contínua do desmatamento e o desenvolvimento sustentável do País, ao mesmo tempo em que conservamos nosso rico patrimônio natural.

Jornalista: Sobre o G-8 em Hokkaido. No encontro do G-8, a ser realizado em Toya-Ko, Hokkaido, em julho deste ano, serão convidados outros participantes além dos países-membros. Decidiu-se convidar Brasil para o "diálogo ampliado", para tratar da mudança climática, das medidas contra o aquecimento global e de outros assuntos. Quais são as contribuições que o Brasil poderá dar com respeito à mudança climática e às medidas contra o aquecimento?

Presidente: Combater a mudança do clima é uma questão de sobrevivência e nenhum país pode realizar isso sozinho. Os países desenvolvidos, responsáveis históricos pelas altas concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera, devem adotar novos e mais ambiciosos compromissos de redução das emissões, para o período pós-2012. Os países em desenvolvimento, por sua vez, devem implementar ações de mitigação no contexto de suas políticas de desenvolvimento sustentável, apoiadas por fluxos financeiros e transferência de tecnologia.

A repressão ao desmatamento a partir de 2004 significa que, até 2007, o Brasil deixou de emitir mais de 1,4 bilhões de toneladas de CO² equivalente. Não podemos ignorar que a queima de combustíveis fósseis continua sendo, de longe, o maior responsável pelas emissões. A matriz energética brasileira é modelo para a comunidade internacional no que se refere ao uso social, econômico e ambientalmente sustentável de recursos energéticos renováveis e de baixa emissão de gases de efeito estufa. Fontes renováveis de energia representam 45% da matriz brasileira, em contraste com a média mundial de apenas 14%, e de 6% nos países da OCDE. A experiência brasileira de utilização em grande escala de etanol de cana-de-açúcar, que em fevereiro de



2008 respondia por mais de 50% da demanda energética da frota nacional de veículos leves, remonta à década de 70. Desde então, o uso do etanol em substituição à gasolina permitiu evitar emissões de 644 milhões de toneladas de CO² equivalente.

A revolução dos biocombustíveis é a oportunidade para os países desenvolvidos fazerem a transição para uma economia com baixa emissão de carbono. Os países em desenvolvimento têm, ainda, a vantagem de ajudar a reduzir os níveis de pobreza de suas populações.

Esse esforço que a comunidade internacional é chamada a fazer, só pode avançar de forma equilibrada e democrática no âmbito das Nações Unidas.

Jornalista: Quais as expectativas sobre as funções que o Japão, como país-presidente do G-8 de Toya-Ko, Hokkaido, poderá desempenhar do ponto de vista das medidas contra o aquecimento global?

Presidente: Esperamos que se concretizem as ações previstas na Convenção sobre Mudança do Clima, bem como no Protocolo de Quioto. O Japão, à frente do G-8, poderá exercer liderança para estimular maiores ações dos países desenvolvidos. Isso se traduz em compromissos de redução de emissões mais ambiciosos para o segundo período de cumprimento do Protocolo de Quioto, na dinamização do fluxo de recursos financeiros e na transferência de tecnologias limpas para os países em desenvolvimento.

Jornalista: Com vista à integração regional da América Latina há uma série de obstáculos, a exemplo das diferenças nas linhas políticas de direita e de esquerda, assim como das disparidades nas escalas econômicas entre os países de grande e de pequeno porte. Como uma potência regional, quais as



iniciativas que o Brasil pensa tomar doravante, visando promover a integração regional? Por outro lado, qual seria a atitude a tomar perante os EUA, que são a superpotência adjacente à América Latina?

Presidente: Todos os governos da região, independente de orientação ideológica e de alianças comerciais extra-regionais, estão convencidos de que a integração é o caminho para superar a pobreza e a desigualdade. Inspiramo-nos no exemplo da União Europeia na construção de uma infra-estrutura energética, de comunicações e de transporte capaz de trazer maior racionalidade e eficiência à economia regional. Igualmente relevante é a superação de assimetrias econômicas, e o recém-criado Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (Focem) permitirá financiar projetos de desenvolvimento nas regiões menos favorecidas do Bloco, sobretudo Paraguai e Uruguai.

Ao mesmo tempo, impulsionamos a integração entre empresas em setores de grande importância na geração de valor agregado, como a cadeia automobilística e o setor de petróleo e gás. Pensamos ainda na criação de um Fundo de Pequenas e Médias Empresas, para financiar ações envolvendo empreendimentos de menor porte.

Com o lançamento da União de Nações Sul-Americanas (Unasul), pretendemos acelerar iniciativas comuns em áreas-chave como energia, infra-estrutura, mecanismos de financiamento e educação. Isso nos ajudará a melhor explorar as imensas potencialidades da região.

Ao fortalecer a região econômica e politicamente, teremos melhores condições de influir nos processos decisórios internacionais que nos afetam. As tradicionalmente boas relações que o Brasil mantém com os EUA não serão afetadas pelo avanço do processo de integração regional. Muito pelo contrário, abrem oportunidades econômicas e comerciais que apenas reforçam o papel do Brasil como interlocutor prioritário para os EUA.



Jornalista: Em Cuba, Raúl Castro tomou posse como novo chefe de Estado. A nova administração cubana vem demonstrando interesse em atuar com seriedade visando obter o levantamento da sanção econômica dos EUA, e há vozes manifestando expectativas a respeito da mediação que o presidente Lula poderia realizar visando levantar a sanção. Qual é o papel que o presidente Lula pretende desempenhar com respeito ao levantamento da sanção econômica dos EUA contra Cuba?

Presidente: O Brasil só atuaria numa função mediadora caso fosse convocado pelas duas partes. Temos sempre nos oposto, no entanto, às sanções contra Cuba em todos os foros relevantes. Temos apoiado esforços do governo cubano para modernizar sua economia e melhorar as condições de vida da população cubana. Durante minha recente visita a Havana, foram anunciados acordos que estimularão empresas brasileiras a investir em Cuba. Pensamos estar, assim, contribuindo para facilitar o processo de abertura econômica em curso, criando as condições para uma gradual descompressão política naquele país, e sua plena reintegração política e diplomática no hemisfério.

Jornalista: Com respeito ao ingresso do Brasil como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, até quando julga possível alcançar esse objetivo? Qual seria a estratégia futura para tornar-se membro permanente do CSNU?

Presidente: O Brasil compartilha com o Japão o compromisso de promover a reforma do Conselho de Segurança, principal órgão do sistema internacional na área de paz e segurança. Entendemos ser parte indispensável, a necessária atualização das principais instâncias decisórias internacionais com as



realidades internacionais contemporâneas.

Há um claro déficit de representação do mundo em desenvolvimento, em particular da África e da América Latina. Dentre os membros da ONU, 130 países (67%) são da África, América Latina e Ásia. Esse déficit é especialmente agudo na categoria permanente do órgão. Quanto mais representativo for o Conselho, mais legítimas serão suas decisões, cujo cumprimento será também mais eficaz. Defendemos uma reforma que envolva a ampliação de suas categorias de membros permanentes e não-permanentes, e a inclusão de países em desenvolvimento em ambas.

O pleito brasileiro de ingressar como membro permanente no Conselho de Segurança sempre contou com apoios significativos de outros países, num reconhecimento da consistência e credibilidade da atuação diplomática brasileira. Explica-se assim que o Brasil é, conjuntamente com o Japão, o país que mais vezes – nove – ocupou assento não-permanente no Conselho.

Há quinze anos o tema da reforma do Conselho de Segurança é discutido no âmbito das Nações Unidas. É chegada a hora de o assunto ser objeto de uma decisão.

(\$31DHKM)